26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ISSN 2177-3688

GT 10 – Informação e Memória

MEMÓRIA, REGIMES DE VERDADE E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: DISPUTAS POLÍTICAS SOBRE A DITADURA MILITAR

MEMORY, REGIMES OF TRUTH, AND KNOWLEDGE ORGANIZATION*: POLITICAL DISPUTES OVER THE BRAZILIAN MILITARY DICTATORSHIP*

Pablo Gomes – Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Maria Guiomar da Cunha Frota – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Discute como os regimes de verdade operam na Organização do Conhecimento a partir da análise do termo "Revolução de 1964" no Tesauro da Escola Nacional de Administração Pública. Problematiza a hipótese da neutralidade dos sistemas de organização do conhecimento, advogada pela abordagem positivista dos Sistemas de Organização do Conhecimento na produção de sentidos sobre o passado ditatorial brasileiro. Fundamenta-se teoricamente nos estudos sobre memória e nos estudos críticos da Organização do Conhecimento. Trata-se de pesquisa qualitativa, descritiva, interpretativa e documental, com coleta terminológica no tesauro e solicitação de informações via Lei de Acesso à Informação. Os resultados evidenciam disputas de memória, validação institucional de narrativas e usos políticos da terminologia na estabilização de regimes de verdade sobre a Ditadura Militar.
Palavras-chave: regime de verdade; memória; organização do conhecimento; ditadura militar (1964-1985).

Abstract: Discusses how regimes of truth operate within Knowledge Organization through the analysis of the term "1964 Revolution" in the ENAP Thesaurus. It problematizes the non-neutrality of Knowledge Organization Systems in the production of meanings about the Brazilian dictatorial past. The study is theoretically grounded in memory studies and critical approaches to Knowledge Organization. It is a qualitative, descriptive, interpretative, and documentary research, involving terminological collection in the thesaurus and requests for information through the Access to Information Law. The results reveal disputes over memory,

institutional validation of narratives, and the political use of terminology in the stabilization of regimes of truth about Military Dictatorship.
Keywords: regime of truth; memory; knowledge organization; military dictatorship (1964-1985).

1 INTRODUÇÃO

> Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva (Le Goff, 2013, p. 422).

No âmbito da Ciência da Informação (CI), mais especificamente no contexto dos estudos da Organização do Conhecimento (OC), linguagem, memória e regimes de verdade assumem papel estratégico para compreensão das disputas de narrativas que se manifestam no centro de ferramentas importantes à práxis informacional. Esses elementos operam na sedimentação de interpretações sobre o passado voltadas à manutenção ou à reordenação dos sentidos aceitos em determinada sociedade e época.

No Brasil, a partir do processo de reconstrução democrática, pós Ditadura Militar (1964-1985) e de afirmação das políticas de memória, verdade e justiça emergem disputas e embates que contestam a verdade sobre o passado de graves violações de Direitos Humanos. Essas disputas não se limitam ao campo da história, mas atravessam práticas sociais, discursos políticos, políticas públicas bem como da produção e circulação de informação e de conhecimento. No processo de transição brasileiro os diferentes atores e instituições passaram a disputar os significados atribuídos ao passado ditatorial.

Nesse sentido, a linguagem torna-se o principal, mas não o único, mecanismo de produção, estabilização e circulação de narrativas, especialmente quando chanceladas por autoridades, pessoais e institucionais, que validam determinados discursos sobre o passado. Em vista disso, a linguagem e seus mecanismos, processos e sistemas, não podem ser compreendidos como elementos privados de intencionalidade. Isso se deve ao fato de serem criados e acionados para um fim determinado, participando ativamente na arquitetura de regimes de verdade, selecionando a interpretação de fatos históricos, legitimando memórias e silenciando e apagando outras interpretações e significados sobre o passado.

Partindo dessa compreensão, é possível acionar o conceito de regimes de verdade, formulado por Michel Foucault (2015), que refere-se ao conjunto de procedimentos, práticas, instituições e discursos que estabelecem, em uma determinada sociedade, quais enunciados serão reconhecidos como verdadeiros e quais serão marginalizados ou desqualificados. A

verdade é, então, compreendida não como uma essência universal, mas resultado das relações de poder que atravessam a sociedade, o passado e produzem critérios de validação da informação e do conhecimento. Essa compreensão é necessária para os estudos sobre OC, por trazer à discussão a não neutralidade dos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs) e incluí-los numa agenda de produção e cristalização de sentidos, disfarçados de decisões técnicas.

Compreendendo que os SOCs, em específico os tesauros, constituem uma rede de elementos discursivos importantes para arquitetura e sustentação de regimes de verdade, observou-se a presença do termo/conceito “Revolução de 1964”, no tesauro da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), para explicitação das disputas narrativas sobre o passado da Ditadura Militar.

A partir da relação entre perspectivas teóricas sobre SOCs e regimes de verdade, elaborou-se como pergunta problema de pesquisa, neste trabalho: como os regimes de verdade podem ser compreendidos enquanto arenas de disputas políticas no contexto do passado ditatorial brasileiro? Em consonância, delimitou-se como objetivo geral: compreender o processo de elaboração de sentido sobre o passado da Ditadura Militar, com o caso do Tesauro da ENAP e do termo “Revolução de 1964” em substituição ao termo “Golpe militar de 1964”.

2 MEMÓRIA E DISPUTAS DE NARRATIVAS SOBRE O PASSADO

Nos estudos sobre memória e informação, parte-se do entendimento de que a memória não se constitui como uma representação exata do passado, mas em uma construção social continuamente atravessada por disputas simbólicas, relações de poder e interesses políticos. Nesse processo, memória e esquecimento não são elementos neutros, desprovidos de sentido, mas operações de seleção que definem o que do passado será lembrado e o que será esquecido, o que será destacado, bem como o que será silenciado, o que será validado e o que será apagado. Para Pollak (1989) a memória, mais especificamente a memória coletiva, é permanentemente tensionada pelas disputas simbólicas, principalmente aquelas memórias de passados marcados por momentos traumáticos e experiências de autoritarismo. Dessa forma, as narrativas sobre a Ditadura Militar brasileira não são mera consequência das lembranças de fatos históricos, mas resultados das disputas de grupos sociais e instituições pela legitimidade de suas versões sobre o passado e seus significados.

Quanto aos processos de seleção, Le Goff (2013) indica que a memória resulta em

lembranças e esquecimentos orientados por interesses diversos, como os interesses políticos, culturais e institucionais. Portanto, a memória implica em diferentes silêncios e hierarquizações dos fatos históricos, evidenciando como não se constitui no consenso, mas em atravessamentos de disputas pelo poder de controlar a narrativa sobre o passado. No caso da Ditadura Militar não é diferente, as narrativas revelam conflitos para controlar a memória, especialmente quanto ao papel de determinadas instituições e sujeitos.

Essas disputas de narrativas estão diretamente relacionadas ao esquecimento, uma vez que os processos de seleção e organização de sistemas simbólicos implicam em silenciamentos e apagamentos, indicando o que deve e como deve ser lembrado. Nas experiências traumáticas ou autoritárias, as dinâmicas entre memória e esquecimento se tornam mais evidentes, isso se deve às disputas que ocorrem pela legitimidade de contar versões históricas "verdadeiras" que serão reconhecidas institucionalmente e como oficiais. Essas dinâmicas configuram o que será aceito como verdade.

Para Foucault (2015), a verdade está diretamente vinculada às relações de poder, responsáveis por legitimar determinadas narrativas em detrimento de outras. O autor entende que "[...] cada sociedade tem seu regime de verdade, sua 'política geral' de verdade: Isto é os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permite distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos" (Foucault, 2015, p. 16).

As instituições, então, ganham papel de destaque na estabilização de interpretações sobre o passado, atuando como agentes com autoridade e capacidade de conferir visibilidade e permanência a determinadas interpretações em detrimento de outras. No contexto brasileiro, essa disputa pode ser mais bem compreendida quando órgãos estatais e discursos oficiais passam a atuar na construção de sentidos sobre o passado, evidenciando que a memória institucionalizada constitui também um espaço de exercício de poder e legitimação da história.

3 REGIMES DE VERDADE E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Na perspectiva de Foucault (1996, 2015), a verdade não se constitui como uma realidade neutra e universal, é mais uma produção social e historicamente situada. Isso significa que as narrativas elaboradas sobre o passado são o resultado de disputas atravessadas por relações de poder, interesses políticos e das condições históricas. Portanto, o reconhecimento da "verdade" sobre determinados acontecimentos históricos resulta menos de uma objetividade dos fatos e mais dos mecanismos que legitimam certas narrativas em detrimento de outras. A memória é,

então, construída discursivamente por sujeitos e instituições que produzem significados sobre o passado, bem como já elaborado por Pollak (1989) e por Le Goff (2013).

Nesse contexto, as instituições assumem papel central na validação e legitimação de determinadas narrativas históricas. Instituições como bibliotecas, arquivos, museus, universidades e tribunais operam como instâncias autorizadas à produção e disseminação da verdade ao validarem determinadas narrativas e silenciarem e apagarem outras. Na Organização do Conhecimento, os SOCs participam desse processo ao validarem formas específicas de representação da realidade (Amorim; Medeiros, 2017). Dessa forma, quando um tesauro adota determinadas formas terminológicas para representar acontecimentos históricos, ele não somente organiza o conhecimento, mas também contribui para legitimar versões específicas do passado.

Os discursos oficiais, por sua vez, produzem efeitos de verdade ao serem sustentados por sujeitos e instituições investidas de autoridade política. Para Foucault (2015), o poder atua na produção de narrativas que passam a ser socialmente aceitas como verdadeiras. Dessa maneira, documentos, políticas públicas, normas e SOCs podem ser compreendidos como dispositivos discursivos capazes de determinar as interpretações históricas e os modos de compreendê-la frente a realidade. No caso de passados traumáticos, como a Ditadura Militar brasileira, os discursos oficiais podem atuar tanto na preservação da memória das violações de Direitos Humanos, quanto na produção de narrativas revisionistas ou negacionistas.

Na Organização do Conhecimento, a linguagem não pode ser compreendida como um instrumento neutro de representação da realidade (Guimarães; Pinho, 2007; Pinho, 2006). Pelo contrário, ela participa ativamente da produção de sentidos e memórias. Os termos utilizadas para descrever acontecimentos históricos carregam vieses (Moura; Trivellato; Gomes, 2024), valores, visões de mundo (Pinho, 2006) e disputas políticas (Gomes; Frota, 2023). Nomeações como “Golpe”, “revolução”, “anistia” ou “justiça” não constituem simples escolhas de palavras e conceitos, mas formas de definir simbolicamente o passado. Portanto, a linguagem produz sentidos sobre a memória ao selecionar como alguns fatos históricos serão representados, lembrados, silenciados ou apagados no interior das disputas políticas pela verdade.

Nesse processo, a terminologia exerce importante função de estabilização de sentidos. Os termos adotados nos SOCs tendem a consolidar determinadas narrativas como legítimas e adequadas para representar a realidade. O controle e padronização terminológica produzem efeitos de autoridade discursiva, especialmente quando institucionalizada. Dessa forma, a

escolha de um termo preferido em oposição a outro implica o estabelecimento de determinados significados, contribuindo para a construção de regimes de verdade sobre fatos históricos (Gomes, 2025).

Consequentemente, nomear é também interpretar. Toda escolha terminológica envolve um enquadramento discursivo da realidade e pressupõe determinadas formas de compreender os fatos. No campo da memória, a atribuição de nomes aos eventos históricos constitui uma disputa simbólica pelo poder de definir os sentidos sobre o passado. Assim, utilizar a expressão "golpe" ou "revolução" para se reportar ao contexto da Ditadura Militar brasileira não representa apenas uma diferença semântica simples, mas interpretações concorrentes acerca do regime de verdade instaurado no Brasil. A nomeação, portanto, opera como prática de poder, pois organiza modos de perceber, interpretar e legitimar a experiência com a realidade (Trivelato, 2022).

Desse modo, tesauros e outros SOCs não podem ser considerados instrumentos neutros ou meramente técnicos (Gomes, 2025). Embora tradicionalmente conhecidos como instrumentos de padronização da linguagem nos sistemas de informação, esses sistemas incorporam escolhas epistemológicas, políticas e valores que influenciam a representação do conhecimento. Longe de apenas representarem a realidade, "[...] os tesauros poderiam servir às dimensões da verdade e memória para ressaltar as disputas, tanto simbólicas como materiais, pelo discurso sobre os períodos de autoritarismo" (Gomes, 2019, p. 103).

Seguindo essa perspectiva, os SOCs podem ser compreendidos como dispositivos de produção de verdades (Trivelato, 2022), uma vez que influenciam no sentido que deve ser atribuído a determinado fato do passado. O controle terminológico realizado em tesauros produz efeitos sobre a memória e sobre as possibilidades de sua interpretação. Quando determinados termos são validados institucionalmente, estabelece-se uma ordem discursiva que orienta a produção, o acesso e o uso da informação. Assim, a Organização do Conhecimento não atua apenas na mediação técnica entre usuários e informações, mas também na construção da verdade, participando da legitimação de narrativas, da visibilização de determinados sujeitos e do silenciamento e apagamento de outros.

4 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a análise do termo/conceito "Revolução de 1964", no tesauro da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), em termos da explicitação das disputas narrativas sobre o

passado da Ditadura Militar, foi elaborada uma estratégia de pesquisa de abordagem qualitativa. Trata-se de uma pesquisa qualitativa por encontrar nos tesauros um instrumento discursivo no qual a linguagem e seus significados podem ser observados como campo de disputas de narrativas sobre o passado. Corresponde também a uma pesquisa descritiva e interpretativa (Domingues, 2004). Descritiva por se ater à descrição um determinado fenômeno, regimes de verdade em tesauros, e interpretativa por se ater ao significado sobre o passado e aos valores atribuídos à linguagem.

É uma pesquisa do tipo documental, por compreender o tesauro como uma fonte de informação para compreensão da realidade. Conforme preconiza Prior (*apud* Flick, 2009, p. 231) "[...] o status das coisas enquanto 'documentos' depende precisamente das formas como esses objetos estão integrados nos campos de ação, e os documentos só podem ser definidos em relação a esses campos". Para o autor, o documento precisa ser entendido frente ao campo/área e contexto para a compreensão da realidade. Portanto, entendendo que os tesauros são:

> [...] uma "lista" de termos padronizados e interligados por relações hierárquicas ou associativas. Esses termos, decorrentes de uma pesquisa terminológica, são utilizados para representação temática de materiais informacionais, por exemplo, documentos dos arquivos da ditadura, da Comissão de Anistia, da Comissão Nacional da Verdade, com objetivo de facilitar o acesso, a recuperação e a futura criação de conhecimento (Gomes; Frota, 2024, p. 2).

Levando em consideração a importância dos tesauros para Ciência da Informação, no contexto desta pesquisa, esses instrumentos ganham valor de documento para além de sua função ao trabalho informacional de arquivos, bibliotecas e museus para indexação, ou seja, sua função informacional se amplia para novos usos enquanto fonte de informação. No caso específico desta pesquisa, a informação que se observa nos tesauros são os significados da linguagem para a compreensão de regimes de verdade e o seu uso enquanto um padronizador da linguagem em sistemas de informação.

4.1 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

A escolha do Tesauro da ENAP para coleta de dados se deu com intenção de compreender os regimes de verdade e as disputas de narrativas na OIC e pela relevância que essa escola de Governo, enquanto instituição educacional específica à Administração Pública, possui para estrutura do Estado e por levar em consideração que tem por

> missão aprimorar a formação e o desenvolvimento das pessoas servidoras públicas no Brasil. Ao longo de sua trajetória, consolidou-se como um ambiente criativo, inclusivo e inovador, comprometido com a transformação da gestão pública e com o fortalecimento de um Estado mais democrático, diverso e sustentável (Escola Nacional de Administração Pública, [2026], não paginado).

O termo/conceito selecionado e contexto ajudam a lançar luz sobre o papel político desempenhado pelos tesauros na manutenção de uma ordem social, cultural e política que resguarda privilégios a militares, sejam eles envolvidos nas graves violações de Direitos Humanos durante a ditadura ou não.

Os procedimentos de coleta de dados envolveram duas etapas: i) coleta terminológica no Tesauro da ENAP; e ii) solicitação de informação via o Portal Fala.BR, via Lei de Acesso à Informação, questionando os critérios e procedimentos adotados para inclusão terminológica do termo objeto de pesquisa.

A coleta terminológica no Tesauro da ENAP ocorreu no dia 18 de janeiro de 2023, à época disponível em meio digital. Foram coletadas imagens, prints de tela, do termo “Revolução de 1964” e acessoriamente os termos “Ditadura” e “Anistia Política”. Com acesso à ficha terminológica, deu-se atenção à forma de apresentação do termo, notas de escopo, relacionamentos e informações gerais sobre o termo.

Quanto a solicitação de informação via Portal Fala.BR, cadastrada no dia 05 de junho de 2024, processo 18002.005280/2024-73, explica-se que esse método de coleta de dados se deu em função da distância entre pesquisador e a ENAP e o caráter oficial das informações prestadas. Na manifestação inicial solicitou-se:

> Solicito informações sobre a inclusão do termo "revolução de 1964” como termo preferencial para indexação no Tesauro da Enap. As informações sobre esse pedido incluem: i) justificativa institucional para inclusão do termo; ii) qual ou quais garantias semânticas foram acionadas para inclusão do termo; iii) houve um estudo aprofundado para inclusão desse termo em relação ao seu conceito (nota de escopo) e quais os procedimentos metodológicos para esse estudo; iv) qual o posicionamento da Enap em relação aos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, criada pela Lei n. 12.528/2011, com relatório final publicado em três volumes em 2014, em relação à memória e a verdade sobre a ditadura militar de 1964 (Brasil, 2024, não paginado).

E, após a reposta dada pela ENAP, objeto de análise, recurso apontando a necessidade de complementação com o pedido:

> [...] Contudo, está incompleta. Dois itens não foram contemplados: ii) qual ou quais garantias semânticas foram acionadas para inclusão do termo; iii) houve um estudo aprofundado para inclusão desse termo em relação ao seu conceito (nota de escopo) e quais os procedimentos metodológicos para esse estudo. Essas duas complementações da informação inicialmente encaminhada são fundamentais para compreensão do contexto técnico no qual o termo “Revolução de 1964”,

> curiosamente, foi criado no Tesauro da ENAP no dia 18 de junho de 2019 (Brasil, 2024, não paginado).

4.2 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

Os procedimentos de análise de dados envolveram a análise do discurso (Foulcault, 1987) sobre a coleta terminológica no tesauro e a análise de conteúdo (Laville; Dionne, 1999) da resposta ao pedido de informação.

Quanto aos procedimentos de análise dos dados relativos à análise do discurso, essa foi dividida em três procedimentos de acordo com a perspectiva foucaultiana, são eles: i) superfícies de emergência; ii) instâncias de delimitação; e iii) grades de especificação. Para compreensão das superfícies de emergência, utilizamos o contexto político e social do Brasil no período ditatorial e pós-ditatorial. Para as instâncias de delimitação, utilizou-se a nota de escopo descrita no tesauro. Já para a criação das grades de especificação, utilizou-se os relacionamentos terminológicos descritos no tesauro.

Quanto à análise de conteúdo, adotou-se os procedimentos indicados por Laville e Dionne (1999): i) recortes dos conteúdos; ii) definição das categorias analíticas; iii) categorização final das unidades de análise; e a iv) análise. Os recortes de conteúdo compreendem as imagens do termo “Revolução de 1964” no tesauro e a manifestação da ENAP sobre o termo selecionado. A definição das categorias analíticas seguiu os recortes identificados na etapa anterior, destaque de partes do texto que eram esclarecedoras do regime de verdade. Na categorização final das unidades de análise os conteúdos foram separados entre as categorias identificadas. E, por fim, a análise, que segue na próxima seção.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para compreender como as disputas pela memória da Ditadura Militar brasileira ultrapassam o campo historiográfico e alcançam os próprios sistemas responsáveis pela mediação da informação e do conhecimento, iniciamos com a análise do discurso sobre o termo “Revolução de 1964” no Tesauro da ENAP.

O termo “Revolução de 1964” busca substanciar um conceito que, por trás, exalta a Ditadura Militar e suas graves violações de Direitos Humanos. Em si, sustenta a ideologia que os cinco ditadores militares cumpriram papel heroico contra o suposto inimigo interno, o comunismo.

A análise das superfícies de emergência apontou como vestígios para compreensão do

regime de verdade a divisão temporal em ditadura e pós ditadura e os contextos políticos vinculados a ela, conforme figura 1.

Figura 1 - Recortes temporais e políticos para análise do discurso



Fonte: Gomes (2025).

Entendeu-se que o surgimento do termo no contexto nacional oficial, em 1964, se deveu à tomada do poder pelos militares e às estratégias de indução da narrativa de salvação e heroísmo contra o comunismo. Esse indício é confirmado pelas diversas vezes e forma como a palavra “revolução” é acionada no Ato Institucional n. 4 e nos discursos oficiais do Governo. Há que se elaborar, também, que se utilizou o termo como forma de silenciar as graves violações de Direitos Humanos, tortura, assassinato, desaparecimentos, censura e outros que perduraram para além do fim da ditadura, em 1985.

Conforme destacado por Le Goff (2013) e Pollak (1989), a memória se constitui um processo de seleção marcado por disputas entre lembranças e esquecimentos, no qual determinados acontecimentos são destacados enquanto outros são silenciados ou apagados. No contexto das graves violações de Direitos Humanos ocorridas durante a ditadura militar, esses processos revelam as tensões existentes entre narrativas oficiais e respeito à memória das vítimas da ditadura e parentes das vítimas. Nesse sentido, a memória não se apresenta como a uma representação neutra do passado, mas a um campo de disputas simbólicas, atravessado por relações de poder que influenciam o reconhecimento, a legitimação ou o apagamento de determinadas experiências históricas.

Com o fim da censura, mais especificamente pós-ditadura, de 1985 aos dias atuais, o termo “Revolução de 1964” ganha um contraponto que passa a permear o discurso oficial, o termo “Golpe Militar de 1964”. Com os movimentos sociais de retomada da democracia e as lutas por memória, verdade e justiça, o termo “Revolução de 1964” deixa de figurar no discurso oficial. Contudo, entre 2018 e 2025, marcados pela eleição à Presidência da República de Jair Messias Bolsonaro, ex-militar da reserva e defensor de regimes autoritários, e seu julgamento por tentativa de Golpe de Estado, o termo “Revolução de 1964” retorna ao discurso oficial e

passa a conviver em disputa simbólica com os trabalhos da CNV e com o reconhecimento do Estado quanto a verdade histórica sobre a Ditadura Militar.

Portanto, tanto Le Goff (2013) quanto Foucault (2015) indicam que a produção de narrativas sobre o passado não se constitui em um processo neutro. Le Goff entende que a memória é uma construção social permeada por interesses, por disputas e por relações de poder. Em sentido convergente, Foucault demonstra que os regimes de verdade estabelecem os critérios pelos quais alguns discursos ganham reconhecimento como verdadeiros, em detrimento de outros considerados falsos ou sem relevância. Esses processos de seleção e validação, frequentemente sustentados por instituições, influenciam fortemente a forma como o passado é registrado, interpretado e disseminado.

No contexto apresentado, em 18 de junho de 2019[1], primeiro ano do mandato de Jair Bolsonaro na Presidência do Brasil, o termo surge no Tesauro da ENAP, o que é possível ser visualizado na figura 2.

Figura 2 - Termo "Revolução de 1964" no Tesauro da ENAP



Fonte: elaboração própria (2026) baseado nos dados de pesquisa.

Passando à etapa de compreensão das instâncias de delimitação, foram observadas pela nota de escopo do termo, figura 3:

[1] A data foi apurada nos metadados do registro do termo no sistema de gerenciamento de tesauros TemaTres.

Figura 3 - Termo “Revolução de 1964” no Tesauro da ENAP



Fonte: elaboração própria (2026) baseado nos dados de pesquisa.

Pela análise do conceito elaborado para “Revolução de 1964”, verifica-se uma discrepância, pois trata-se, na realidade, da representação de golpe militar, visto no uso de termos como “Golpe”, “Golpe de Estado”, “Golpe de 1964” e “Ditadura Militar”. Isso demonstra a fragilidade da estratégia de provimento do regime de verdade (Foucault, 2015), não contrapondo com um conceito que representasse os valores imbuídos numa perspectiva revolucionária. A leitura dos termos “Ditadura Militar” e “Anistia política” também corroboram o erro terminológico ao compreenderem a Ditadura Militar como um regime político autoritário e de suas graves violações de Direitos Humanos, figuras 4 e 5.

Figura 4 - Termo “Ditadura Militar” no Tesauro da ENAP



Fonte: elaboração própria (2026) baseado nos dados de pesquisa.

Figura 5 - Termo “Anistia política” no Tesauro da ENAP



Fonte: elaboração própria (2026) baseado nos dados de pesquisa.

Quanto às grades de especificação, compreendidas pelas relações semânticas elaboradas no Tesauro, observou-se somente a presença de relações de equivalência do tipo não preferida para descrição, com os termos “Golpe de estado de 1964” e “Golpe militar de 1964” e de uma relação hierárquica do tipo geral, “Revolução”, conforme Imagem 2. Essa simplicidade nos relacionamentos exclui a relação associativa do termo com “Ditadura Militar” e “Anistia política”.

Pela análise de conteúdo, que focou na resposta ao pedido de informação solicitado via Lei de Acesso à Informação, evidenciou-se que para ENAP o tesauro figura como um instrumento meramente padronizador da linguagem, sem grandes implicações a ordem cultural, social e política vigente, diferentemente do compreendido por Gomes (2023) e Trivelato (2022). Esse posicionamento, de alguma forma, busca justificativa em uma pretensa neutralidade da Organização do Conhecimento (Pinho, 2006).

Essa evidência é sustentada pelos seguintes trechos da resposta:

> [...] trata-se de vocabulário controlado, criado para padronizar a indexação de publicações [...]
> [...] não é possível determinar quais garantias semânticas e estudos foram feitos para inclusão do termo [...] (Brasil, 2024, não paginado).

Há uma tentativa de minimização do impacto dentro no acervo, em que somente dois livros estavam indexados com o termo observado, um deles que assumia a instauração do regime por meio de um golpe militar e o outro por meio de revolução:

> [...] o termo “Revolução de 1964” foi usado para indexar apenas dois livros [...]
> O termo “Revolução de 64” foi excluído do Tesauro por motivo técnico, pois o fato dele ter sido usado em apenas 2 livros em tantos anos significa que ele não é relevante para a indexação do acervo da Enap

> DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981. 2. ed. rev. - WAMBERTO, José. Castello Branco, revolução e democracia. Rio de Janeiro: 1970 (Brasil, 2024, não paginado).

Como forma de justificar a presença de um termo inadequado à verdade assumida pela CNV, sustentou-se que a ENAP não possuía atribuição legal e competência institucional para analisar os trabalhos da Comissão, mesmo que o que tenha sido perguntado difira das atribuições do órgão, inclui que o processo de construção do tesauro teria sido difuso, desconsiderando o papel cultural, social e político da linguagem (Gomes, 2023):

> Não há nenhuma atribuição legal ou competência institucional para que a Enap emita posicionamentos a respeito dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV) ou mesmo para a definição de conceitos históricos, conforme o seu Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 10.369, de 2020.
> Além disso, o Tesauro da Enap foi baseado em outros tesauros, como o do Senado Federal, o macrotesauro da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE e o vocabulário controlado do Centro Latino-americano de Administração para o Desenvolvimento – CLAD, organização pública internacional e intergovernamental, cuja missão é promover o intercâmbio de experiências entre os governos, visando a modernização da administração pública (Brasil, 2024, não paginado).

Por fim, demonstrou o erro conceitual como forma de minimizar o impacto terminológico transcrevendo o conceito que consta da nota de escopo, Imagem 3.

Por todos esses elementos, evidencia-se uma estratégia institucional, mesmo que pouco definida, quanto ao fornecimento de recursos discursivos que ajudassem na atribuição de sentido de verdade ao termo “Revolução de 1964” e silenciasse o termo “Golpe Militar de 1964”. Nesse contexto, as lutas por memória, verdade e justiça assumem papel fundamental ao confrontarem as narrativas que justificam o autoritarismo, reivindicando o direito à memória e à construção de uma narrativa com real comprometimento com princípios democráticos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim da pesquisa foi possível verificar que há uma disputa de narrativas que permeiam o passado da Ditadura Militar brasileira que alcança os tesauros. Essa verificação tomou como base a análise do termo “Revolução de 1964”, incluído no Tesauro da ENAP em 18 de junho de 2019, ano em que Jair Bolsonaro, autointitulado de direita, exaltador de regimes autoritários e militar da reserva, assumiu a Presidência da República.

Os valores defendidos pelo termo “Revolução de 1964” e seu contexto de criação reafirmam a não neutralidade dos tesauros e seu potencial atributo controlador de um poder hegemônico. A tentativa de ratificação de uma narrativa de heroísmo dos militares e

minimização das graves violações de Direitos Humanos entra em conflito com a narrativa publicizada pela CNV, que registra o posicionamento oficial do Estado em relação à Ditadura Militar.

Pelo aceno institucional de alinhamento às ideologias do governo à época, pode-se supor que houve, por parte dos responsáveis pelo Tesauro da ENAP o acionamento da garantia política, mesmo que de forma inconsciente. Isso reforça que houve pouca ou quase nenhuma estratégia de construção de sentido para corroborar com o regime de verdade que o Governo empreendia.

A reflexão de Le Goff segundo a qual tornar-se "senhor da memória e do esquecimento" constitui uma das principais estratégias de manutenção do poder nas sociedades foi evidenciada no caso específico analisado. A inclusão do termo "Revolução de 1964", em contraposição ao termo "Golpe militar de 1964" no Tesauro da ENAP comprova como os SOCs podem operar como arenas de disputa pela memória, legitimando interpretações do passado e silenciando outras.

Ao acionar uma narrativa alinhada à uma perspectiva marcada pela exaltação do Regime Ditatorial Militar e pela minimização das graves violações de Direitos Humanos, desrespeitando a memória das vítimas, o tesauro desvela-se de seu pretenso caráter "meramente técnico" da organização do conhecimento para atuar, também, como mecanismo de produção e estabilização de sentidos sobre o passado. Assim, os desvios terminológicos observados no caso analisado revelam mais do que escolhas conceituais, mas, também, estratégias simbólicas de manipulação da memória e de sustentação de determinados regimes de verdade sobre o passado ditatorial.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Igor Soares; MEDEIROS, Marisa Brascher Basilio. O fora da Organização do Conhecimento: considerações para a arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. **Revista ACB**, [*s. l.*], v. 22, n. 2, p. 359-376, 2017. Disponível em: https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1341. Acesso em: 2 set. 2026.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR). **Resposta ao pedido de acesso à informação nº 18002.005280/2024-73** [destinado à Escola Nacional de Administração Pública - Enap]. Brasília, DF, jun. 2024. Disponível em: https://falabr.cgu.gov.br. Acesso em: 18 nov. 2026.

DOMINGUES, Ivan. **Epistemologia das Ciências Humanas**: positivismo e hermenêutica: Durkheim e Weber. São Paulo: Edições Loyoloa, 2004.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GOMES, Pablo. **Justiça de transição**: A construção de um tesauro comprometido com a democracia e a verdade sobre a Ditadura Militar brasileira. Brasília: IBICT, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.22477/9788570132536. Acesso em: 2 set. 2026.

GOMES, Pablo. **Linguagem documentária para organização do conhecimento no domínio da Justiça Transicional**. 2019. 115 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/items/02854547-71fa-4274-9723-a0af93042cb5. Acesso em: 2 set. 2026.

GOMES, Pablo; FROTA, Maria Guiomar da Cunha Frota. Dispositivos para uma guerra cultural: tesauros como instrumentos de dominação sobre a informação e o conhecimento. **Liinc em Revista**, [*s. l.*], v. 19, p. 1-18, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.18617/liinc.v19i2.6643. Acesso em: 2 set. 2026.

GOMES, Pablo; FROTA, Maria Guiomar da Cunha Frota. Organização Social do Conhecimento e a construção de tesauros compromissados com a memória e verdade sobre a ditadura militar (1964-1985). **Acervo**: Revista do Arquivo Nacional, [*s. l.*], v. 37, p. 1-22, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.64729/an.acervo.v37i3.2240. Acesso em: 2 set. 2026.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; PINHO, Fabio Assis. Desafios da representação do conhecimento: abordagem ética. **Informação & Informação**, Londrina, v. 12, n. 1, p. 2007. Disponível em: https://doi.org/10.5433/1981-8920.2007v12n1p19. Acesso em: 2 set. 2026.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** 7. ed. Campinas: Unicamp, 2013.

MOURA, Maria Aparecida; TRIVELLATO, Rosana Matos da Silva; GOMES, Pablo. Justiça epistêmica e organização do conhecimento: perspectivas críticas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., 2024, Vitória. **Anais** [...]. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2024. Disponível em: https://www.enancib.ancib.org/enancib/pt_BR/article/view/617. Acesso em: 2 set. 2026.

PINHO, Fabio Assis. **Aspectos éticos em representação do conhecimento**: em busca do diálogo entre Antonio García Gutiérrez, Michèle Hudon e Clare Beghtol. 2006. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006.

Disponível em: https://repositorio.unesp.br/entities/publication/7d927a46-97ac-4cac-b211-3c5c654923d7. Acesso em: 2 set. 2026.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278. Acesso em: 2 set. 2026.

TRIVELATO, Rosana Matos da Silva. **A luta das mulheres tem muitos nomes**: os sistemas de organização do conhecimento frente a uma emergência conceitual. 2022. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/55619. Acesso em: 18 nov. 2026.